

Narrativa de escolarização de uma trans no Noroeste Paulista

ARTIGO

Éder Junio da Silvaⁱ

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, Mato Grosso do Sul, Brasil

Fernando Guimarães Oliveira da Silvaⁱⁱ

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, Mato Grosso do Sul, Brasil

Resumo

Este artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa de mestrado em educação, desenvolvida junto à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul UEMS – Unidade de Paranaíba/MS. O objetivo é apresentar e analisar o relato de escolarização de Samantha¹, uma mulher trans do Noroeste Paulista, abordando questões de educação e transexualidade. Para cumprir esse objetivo, foi utilizada uma metodologia qualitativa de abordagem pós-crítica, por meio de uma entrevista em profundidade semiestruturada. Os resultados da entrevista revelam vários pontos de tensão e conflito em relação a um conjunto de mecanismos heteronormativos na escola, incluindo experiências de rejeição e exclusão tanto por parte da família quanto da escola, e as consequências negativas desses fatores em sua trajetória de vida, processos de subjetivação e identificação.

Palavras-chave: Memória. Trans. Exclusão. Família. Escola.

The schooling narrative of a trans woman in northwestern São Paulo

Abstract

This article highlights part of the results of a master's degree research in education, developed at the State University of Mato Grosso do Sul UEMS – Paranaíba/MS Unit. It aims to present and analyze the schooling report of Samantha, a trans woman from the Northwest of São Paulo, about education and transsexuality. To achieve this objective, a qualitative methodology with a post-critical approach was used through an in-depth semi-structured interview. The results of the interview reveal several points of tension and conflict in relation to a set of heteronormative mechanisms at school, such as experiences of rejection and exclusion from both family and school and the negative consequences of these factors on their life trajectory, processes of subjectivation and identification.

Keywords: Memory. Trans. Exclusion. Family. School.

¹ A despeito de integridade ética e científica, Samantha autorizou o uso de seu nome.

1 Introdução

2 Neste artigo, apresenta-se parte dos resultados de uma pesquisa de mestrado em Educação intitulada “Práticas de Gestão Escolar e o Uso do Nome Social como um Direito Fundamental em Escolas Públicas da Rede Estadual de uma Região Paulista”, desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – Unidade de Paranaíba/MS. A pesquisa foi desenvolvida no interior do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Antirracista, em Diversidades e em Direitos Humanos (NEPEADDH-UEMS), com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas com seres humanos da referida universidade, registrada sob o CAEE 53016621.3.0000.8030.

Este estudo aborda a questão da exclusão de pessoas trans no ambiente escolar, no seio familiar e na sociedade, trazendo como pano de fundo os relatos de uma mulher trans do Noroeste Paulista (décadas de 80 e 90), identificada pelo nome social Samantha. O propósito do estudo é identificar: i) as situações de transfobia pelas quais as pessoas trans passam após a sua entrada no ambiente escolar; ii) os motivos pelos quais ocorre essa exclusão; e iii) a relação de pessoas trans com a identidade de gênero.

Quando se debate o tópico da educação, um dos focos da discussão são as dinâmicas sexo-gênero, (re)produzidas a todo o momento nos espaços escolares (Braz *et al.*, 2020). Essa questão está intimamente relacionada ao lugar dilemático que a sexualidade de meninas, meninos e jovens tem ocupado no mundo contemporâneo, fazendo com que a sexualidade seja objeto de contínua vigilância e modelação por parte do mundo adulto. Trata-se de uma concepção tradicional que se baseia na figura do aluno como um sujeito descomprometido, que deve ser formado, instruído e corrigido em direção a um ideal de vida adulta.

Nessa linha, a dinâmica escolar não escapa ao estabelecimento de regimes binários de política sexual, que baseiam seus fundamentos na universalização da heterossexualidade como modelo genérico corpo-sexo (Lima, 2020). Na verdade, o currículo formal, oculto e omitido, ao moldar os significados do corpo e da sexualidade, configura uma cultura escolar (Bartholomaeus; Riggs, 2018). Geralmente, esses

significados são acompanhados de mecanismos de exclusão, repressão e silenciamento das sexualidades dissidentes nos espaços educativos.

A construção da identidade de gênero se manifesta na infância por meio do autoconhecimento e da exploração do próprio corpo. Na concepção de Gavilán (2018), as diferenças sexuais estão relacionadas ao ambiente onde a criança se desenvolve, visto que os genitores agem de forma diferente dependendo do sexo da criança. Tal comportamento reforça a questão de gênero e o processo de identificação, os quais permitem a aquisição de papéis desenvolvidos através do reforço dos adultos. Em outras palavras, esse processo – que pode ocorrer na fase adolescente ou adulta – influencia a consciência e o desenvolvimento da personalidade, contribuindo para a formação da maturidade psicosssexual, do interesse pela sexualidade e da identidade sexual. Portanto, esses aspectos permitem a articulação entre o sexual e o psicossocial, dando origem à identidade pessoal. Segundo Machado, Almeida e Santini (2021), no caso particular de pessoas travestis e transexuais, o processo psicossocial é limitado.

Diante desse cenário, o desafio colocado por Basílio (2020) é não somente ouvir e tornar visíveis aqueles meninos, meninas e jovens que nem sempre se enquadram na heterossexualidade ou na normatividade de gênero, mas também perceber como eles e elas constroem seus espaços de luta e enfrentamento à lógica cisheteroterrorista no cotidiano escolar. Esse desafio envolve uma abordagem da experiência de vida, entendida como a forma pela qual cada aluno articula diferentes lógicas de atuação no mundo escolar e produz uma subjetividade quanto às suas posições, tensões e configurações que escapam ao controle totalitário da instituição escolar. Dentro dessa lógica, é crucial prestar atenção aos modos como o corpo discente atua a partir de uma atitude de indolência e resistência às formas dispostas em seu corpo, gênero e sexualidade como mecanismo de construção da própria liberdade.

Este artigo tem o propósito de tornar visíveis as tensões e resistências de pessoas trans, que decorrem de seu próprio modo de viver e de pensar sua subjetividade em ambientes onde predomina o binarismo corpo-sexo-gênero como norma. O objetivo não é defender um messianismo acadêmico, mas elucidar e dialogar com uma realidade que

irrompe no mundo social e nos espaços educativos. Para tanto, no referido artigo, ao apresentar o relato de escolarização de Samantha, uma mulher trans do Noroeste Paulista, sobre educação e transexualidade, optou-se por utilizar uma metodologia qualitativa a partir de uma entrevista em profundidade semiestruturada.

Segundo Denzin e Lincoln (2018, p. 22), "a metodologia qualitativa é caracterizada por uma abordagem interpretativa e naturalística dos seus objetos de estudo, o que significa que os fenômenos são investigados em seus contextos naturais, procurando-se entender os significados que as pessoas atribuem a eles". Conforme reforçado por Bauer e Gaskell (2017, p. 67):

a entrevista em profundidade semiestruturada é um método valioso em pesquisas qualitativas, pois permite ao entrevistador explorar temas e questões complexas com flexibilidade, ao mesmo tempo em que mantém um foco nos tópicos principais, oferecendo uma combinação de estrutura e liberdade para aprofundar-se em aspectos relevantes do estudo.

2 Transgeneridade como fenômeno

Conforme Correa (2017, p. 6), "transgênero é um termo global que define pessoas cuja identidade ou comportamento de gênero não está em conformidade com aquele geralmente associado ao sexo que lhes foi atribuído no nascimento". Para Fernandes e Duque (2021), a expressão "transgênero" refere-se à forma como os indivíduos comunicam sua identidade de gênero através de seus comportamentos ou características físicas. Já Oliveira (2021) define o termo como uma categoria "guarda-chuva" que inclui, por exemplo, transexuais, travestis e drag queens.

A transgeneridade, como esclarece Silva (2020), rompe com a concepção binária de gênero, através da qual a sociedade divide o que é masculino e feminino com base nos papéis de gênero, afetando o desenvolvimento psicossocial dos indivíduos. Dessa forma, a transgeneridade é um fenômeno que constitui uma transgressão dos conceitos tradicionais de gênero, isto é, a subjetividade da identidade de gênero desafia o conceito de "gênero" como categoria reguladora da sociedade. Esse novo cenário emerge das perspectivas de identidade de gênero que se estabeleceram, bem como da importância

que a diversidade tem a nível mundial, razão pela qual se estabeleceu como objeto de estudo.

No âmbito da Antropologia Social, o conceito “transgênero” engloba indivíduos e grupos que desafiam os papéis duais de gênero mais tradicionais, uma vez que ultrapassam os limites da identidade genérica comumente atribuída. Essa definição é estabelecida a partir da determinação de critérios básicos de diferenciação entre os sexos, das especificidades das representações que orientam os comportamentos sexuais e de como essas representações são vivenciadas pelos atores sociais em situações e contextos socioculturais sempre específicos (Souza, 2018).

2.1 Construção de uma identidade transgênero

A literatura revisada até o momento sugere que a construção de uma identidade transgênero é um tema de extrema importância para investigar, aprofundar e analisar os processos de desenvolvimento psicossocial da pessoa transgênero, a qual integra, no seu desenvolvimento individual, as conotações associadas à sua ação de pertencimento em uma categoria social emergente que rompe com as expectativas sociais. Por essa razão (como veremos mais adiante), a pessoa transgênero está sujeita a sanções expressas em seu cotidiano e em suas interações com objetos, pessoas e grupos de seu ambiente (Périco, 2021).

No processo de socialização, Sousa (2018) aponta que as pessoas transexuais internalizam seus próprios traços de identidade, bem como padrões comportamentais relacionados às práticas sociais de gênero. No caso das pessoas transgênero, é latente o dilema (homem-mulher e sexo-gênero), que envolve desenvolver sua personalidade de acordo com a expressão de gênero ou com o sexo biológico, ou seja, a pessoa compreende a sua identidade de gênero conforme o seu desenvolvimento ao longo dos anos e, a partir dessa compreensão, constrói sua personalidade e inicia um processo de transição de gênero.

Com efeito, Cánepa (2018) menciona que algumas pessoas transexuais apresentam uma identidade de gênero diferente do sexo atribuído ao nascimento, razão pela qual se deparam com uma sociedade excludente – cuja concepção de gênero é binária – e, por isso, são percebidas como violadoras de normas culturais e, conseqüentemente, relegadas e discriminadas. Tais fatores geram impacto direto no desenvolvimento psicossocial dessas pessoas, resultando, em muitos casos, em problemas psicológicos. Nesse sentido, tanto o determinismo biológico quanto a adversidade do contexto social geram efeitos adversos na saúde mental e emocional de pessoas travestis e transexuais, podendo levar a episódios de ansiedade, depressão, irracionalidade, problemas de atenção, e até tentativas de suicídio ao longo da vida.

Fernandes e Duque (2018) reforçam que o aspecto psicológico e emocional de algumas pessoas trans é resultado da constante discriminação que sofrem no ambiente familiar e social. Além disso, a ausência de apoio da sociedade tem sido associada a distúrbios de saúde psicológica. Na visão de Silva (2023, p. 100),

[...] quando as regras sociais são contrariadas, surgem a homofobia, lesbofobia e a transfobia, situações que representam um terror social sofrido pela vítima, quase semelhante ao ódio. Como essas pessoas transexuais e travestis não estão enquadradas na norma binária (homem/mulher, macho/fêmea, pênis/vagina), sofrem preconceito e discriminação dos demais grupos.

A transfobia, tal como estabelecida, se manifesta em vários contextos da vida de pessoas trans, incluindo instituições públicas, ambientes familiares, locais de trabalho, o sistema jurídico-legal e nas atividades cotidianas no espaço público. Na visão de Basílio (2020), a transfobia nega as expressões de gênero e as identidades vividas por pessoas trans, atacando a autonomia e a dignidade dessas pessoas ao obstruir e anular direitos humanos como o acesso à saúde, ao trabalho e à educação, bem como o direito à identidade, à família, à vida e à liberdade.

As pessoas transexuais, conforme Franco (2018), ressaltam que a identidade também é um processo subjetivo e depende do ponto de vista de quem a vivencia. Entretanto, é possível construir uma identidade mínima comum, ou seja, um acordo sobre a identidade surge quando uma subjetividade compartilhada é construída. Quando isso

ocorre, pode-se falar de cultura ou subcultura. A posição das pessoas transexuais que formulam uma exigência dupla e contraditória é paradoxal: por um lado, elas se situam além da biologia, mantendo a primazia do reconhecimento simbólico; por outro, exigem uma modificação de seus corpos, buscando na biologia uma prova da veracidade de seus discursos, demonstrando a insuficiência de qualquer referência simbólica.

Segundo Louro (2018), trabalhar a questão da transexualidade

[...] é trabalhar com pessoas que por vezes trazem questões que normalmente não revisamos: o sistema de gênero que construímos e que gerimos diariamente, o nosso vocabulário, ter muito cuidado com a atribuição sexual das nossas palavras, perguntar-nos sobre as nossas ligações com o nosso sexo biológico, na menção que aparece na nossa certidão de nascimento ou no nosso documento de identidade, o nome social com o nosso sentimento de pertença a qualquer um dos sexos, com a nossa sexualidade (Louro, 2018, p. 53).

De acordo com Louro (2018), para abordar um tema tão complexo como as relações entre gênero e imagem corporal, é necessário recorrer a novas chaves, novos modelos de conhecimento e novas metáforas. Ao rever os modelos dicotômicos impostos, é possível identificar práticas inovadoras que estão realmente ocorrendo na sociedade e na cultura. Para tanto, são necessários estudos que permitam dar conta i) da diversidade e do dinamismo da identidade de gênero de pessoas trans, ii) das suas rupturas e transgressões, e iii) da inter-relação entre representações e práticas específicas, além dos contextos e experiências sociopolíticas, que considerem os contextos macro e micro e a ação modificadora da experiência dessas pessoas.

Portanto, o papel fundamental de psicólogos e da equipe multidisciplinar é, sem dúvida, ajudar as pessoas trans a conviver confortavelmente com suas diferenças e identidade de gênero, a fim de evitar o processo de cura ou de destransição. Nesse sentido, Oliveira (2023, p. 261) ressalta que "a destransição de gênero refere-se ao processo pelo qual uma pessoa, que passou por uma transição de gênero, decide retornar à sua identidade de gênero de origem ou optar por uma expressão de gênero não conformante".

2.2 O reconhecimento do nome social das pessoas trans

Atualmente, o reconhecimento, a garantia, a defesa, a proteção e a promoção dos direitos humanos das pessoas trans, segundo Carmo, Fumes e Lira (2021), contam tanto com base jurídica em nível internacional e nacional quanto com instituições, políticas públicas e ações que devem ser amplamente conhecidas. Isso é fundamental não apenas para tornar esses direitos exigíveis, mas também para torná-los visíveis, dignificá-los e garantir o exercício e gozo das liberdades fundamentais, o acesso a oportunidades de bem-estar, o desenvolvimento pessoal e coletivo, e o respeito no tratamento.

No quadro internacional dos direitos humanos, há definições claras e contundentes sobre pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, travestis e intersexuais (LGBTQIA+). Segundo Braz *et al.* (2020), à medida que essas definições foram incorporadas ao debate sobre os direitos humanos e como parte das mudanças sociais e civilizacionais, a referência à situação desses grupos populacionais começou a ser feita em declarações e procedimentos especiais do sistema das Nações Unidas organizações internacionais. Nesses documentos, são consideradas as condições de vida dessas pessoas, bem como a falta, redução ou impedimento que elas têm no acesso e no exercício de seus direitos humanos.

Conforme mencionam Fernandes e Duque (2018, p. 31), enquanto o termo “trans” refere-se à “pessoa que se identifica com sexo diferente ou que expressa sua identidade sexual de forma diferente do sexo que lhe foi atribuído no nascimento”, o nome social é “aquele que usa uma pessoa devido à sua identidade de gênero e que difere do seu nome registrado no que diz respeito ao seu nome próprio ou próprio.”

Entre os antecedentes mais remotos, vinculados à questão dos direitos humanos das pessoas trans, está a Declaração Internacional dos Direitos de Gênero, aprovada e adotada em 28 de agosto de 1993 pelos participantes da II Conferência Internacional sobre Legislação Transgênero e Política de Emprego, realizada em Houston, Texas, ou seja, foi realizada entre indivíduos e não apresenta qualquer valor vinculativo de resolução. Nessa Declaração, estão presentes o direito de reivindicar a identidade de gênero, a livre

expressão da identidade e da prática de gênero, a autodeterminação e modificação do próprio corpo, além do direito a um serviço médico competente e profissional (Machado, Almeida e Santini, 2021).

Historicamente, na prática, Basílio (2020) esclarece que as pessoas cisgênero – aquelas que se identificam com o sexo atribuído ao nascimento – não têm problemas legais relacionados ao nome e ao gênero no trabalho, na educação e na saúde. Em contrapartida, a situação é transversalmente diferente para as pessoas trans. Como o nome social e a expressão de gênero não correspondem ao que está indicado no documento de identidade, elas passam a ter problemas no acesso à educação, à saúde e ao trabalho, além de sofrerem diversas situações de discriminação e exclusão (Correa, 2017).

Para Silva (2023), o nome social das pessoas trans está diretamente ligado à sua identidade de gênero. Logo, como resolver esse problema enquanto a mudança de nome e sexo cadastrados não é realizada? O autor aponta que,

[...] no Brasil, essa discussão ocorre a partir da resolução n. 1.482/1997 do Conselho Federal de Medicina (CFM), a qual autoriza procedimentos de transexualização no Brasil, e da realização da primeira cirurgia de transexualização efetuada pelo Hospital das Clínicas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), no Estado de São Paulo em 1998. Além disso, tal discussão surge dentro dos movimentos sociais e se estende ao campo das ciências sociais (Silva, 2023, p. 32).

Desse modo, a resolução citada inicia o marco regulatório do reconhecimento e estabelece um mandato geral contra a discriminação com base na identidade de gênero. Conforme Souza (2018), esse procedimento representa, sem dúvida, um grande marco para a comunidade trans, pois garante a proteção dos direitos das pessoas transexuais e lhes permite o uso do nome social. Além disso, Silva (2023, p. 59) complementa que,

[...] no ano de 2016, há a publicação do Decreto Presidencial n. 8.727/2016, dispondo a regulamentação para o uso do nome social por mulheres transvestigêneres e promovendo, no âmbito da administração pública federal, o reconhecimento da identidade de gênero para mulheres trans.

Embasado nesse decreto, as pessoas trans estão juridicamente protegidas tanto no uso do seu nome social quanto na sua identidade e expressão de gênero. Para o autor, tal procedimento amplia os direitos desse grupo em órgãos e departamentos públicos e privados no Brasil. Nesse contexto, constam, no decreto:

I - nome social - designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida; e

II - identidade de gênero - dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento. (Brasil, Decreto Presidencial Nº 8.727, 2016).

Essas inovações legislativas trazem a garantia e a regulamentação ao reconhecer a identidade de gênero e o nome social, partindo do ambiente social para o âmbito da regulamentação legal. Contudo, em alguns Estados, já havia legislação vigente nesse sentido, como a Lei n. 10.406/02, presente no artigo 16 do Código Civil Brasileiro, que afirma que “toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome”, ou seja, é um dispositivo legal que regulamenta o uso do nome social. O Decreto Presidencial vem, portanto, reforçar esse direito, incorporando, na legislação um catálogo de situações que prevê que qualquer diferenciação é discriminatória. (Silva, 2023).

A Carta Magna, como descreve Silva (2023), garante a qualquer ser social o direito à igualdade, à cidadania e ao respeito. Por essa razão, as mulheres trans também têm o direito garantido à mudança de nome. Assim, é direito de cada pessoa trans, se assim o desejar, exigir ser tratada por seu nome social e ter sua identidade de gênero respeitada.

3 Metodologia

No trajeto metodológico, são descritos os principais aspectos do desenvolvimento do estudo, tais como a abordagem da pesquisa, a pessoa entrevistada que colaborou com

as informações, o instrumento de coleta de dados, a técnica de análise dos dados e os aspectos éticos da pesquisa.

Nesse sentido, a pesquisa correspondeu a um estudo qualitativo, de caráter descritivo-explicativo, desenvolvida durante o ano de 2023. Para Minayo e Gerreiro (2014), a pesquisa qualitativa descritivo-explicativa enfatiza a reflexividade como uma prática fundamental, possibilitando que os investigadores reflitam sobre suas próprias influências ao longo do processo investigativo e, assim, garantam uma análise mais detalhada e contextualizada das informações coletadas.

Para tanto, utilizou-se uma abordagem narrativa, com ênfase na investigação de como a jovem trans Samantha relata sua experiência escolar e sua experiência de vida. A seleção da participante foi realizada por meio de amostragem intencional (Gomes e Silveira, 2017), priorizando critérios de inclusão e exclusão relacionados aos objetivos da pesquisa. Quanto à técnica de produção de informação, fez-se uso da produção narrativa, que envolve a construção de um texto a partir do diálogo entre pesquisador e participante (Souza-Júnior *et al.*, 2017) sobre determinado fenômeno estudado. Essa abordagem privilegia o reconhecimento do lugar ativo do investigador na produção de conhecimento e na construção da própria narrativa.

Nessa linha, o procedimento consistiu na construção de um texto correspondente à narrativa que compreendesse um período para a entrevista. Portanto, longe de tentar alcançar uma reflexão fiel da realidade, os resultados delineiam um processo dialógico, reflexivo e performativo da experiência relatada.

Após o encontro virtual, com o intuito de produzir uma história atrelada ao que foi dito pela protagonista, a pesquisa se baseou na gravação para dar forma ao produto. As ideias que surgiram no encontro foram sistematizadas e interligadas e, em seguida, as diferentes experiências foram organizadas cronologicamente. Ao escrever a produção narrativa, procurou-se preservar as mesmas palavras enunciadas pela entrevistada.

Finalizada a transcrição textual dos dados relatados, a narrativa foi enviada a Samantha por *e-mail* para que ela pudesse revisar. Foi solicitado à entrevistada que verificasse se a narrativa era um reflexo de suas experiências e significados, para que, se

necessário, a história pudesse ser modificada, eliminada ou ampliada. A produção narrativa foi aprovada pela participante em primeira instância e sua aprovação ficou disponível para publicação como parte da Dissertação de Mestrado. Por fim, a pesquisa contou com a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade, garantindo que os princípios de confidencialidade e anonimato da participante fossem respeitados. Para isso, utilizou-se um consentimento informado que esclareceu as condições da pesquisa.

4 Resultados e Discussão

Garantir o direito à educação para todos e todas é uma responsabilidade legal do Estado, que implica garantir o acesso e manter uma trajetória educacional segura, respeitando a dignidade humana e atendendo a todas as necessidades individuais e coletivas de meninas, meninos e jovens do país (Souza, 2018).

Atualmente, entende-se que o direito à identidade e à expressão de gênero, bem como o direito à orientação sexual, fazem parte dos direitos educacionais e têm sido incorporados através de um processo gradual de aceitação e valorização de meninos, meninas e jovens LGBTQIA+ em contextos escolares. Isso implica, por exemplo, o surgimento de novas disposições legais sobre gênero e sexualidade, que promovem uma verdadeira abertura ao reconhecimento da diversidade sexual pelas instituições escolares. Aliás, isso envolve uma reorientação em torno da convivência escolar, na qual os professores e professoras devem assumir um papel fundamental na educação inclusiva em todos os sentidos.

Entre as histórias e conversas narradas pelos professores e professoras, existe um ponto convergente relacionado a uma ruptura em suas histórias pessoais e/ou profissionais, o que impacta a configuração de suas identidades individuais e/ou em suas ações docentes diante do fenômeno que estudamos. Em outras palavras, graças às experiências que tais profissionais tiveram com outras pessoas, puderam perceber suas

disposições positivas ou negativas, pessoais e/ou pedagógicas em relação às questões LGBTQIA+ e suas manifestações na escola.

Nesse contexto, conforme a entrevista realizada com a estudante transgênero Samantha, o estudo apresenta o relato sobre as suas experiências, captando crenças, percepções, questionamentos, projeções e, indubitavelmente, emoções e sentimentos que surgem da vivência com a realidade circundante:

[...] fui embora para Europa/Espanha, porque eu tive muito problema com a minha família e tenho problemas com eles até hoje por eu ser uma mulher transexual. As pessoas não entendem que o fato de eu ser uma mulher trans não muda em nada o meu jeito de ser, continuo a mesma e apenas mudou o meu corpo físico para ter uma harmonia com a minha cabeça e o corpo físico, por que muitas pessoas se intrometem em nossa vida, para manipular as coisas da maneira que elas querem que aconteçam, no padrão heteronormativo, como acontece comigo em minha família e no meu entorno, por isso, decidi ir embora para Europa e lá, eu encontrei o meu lugar. Voltei em 2022 para o Brasil e aqui fiquei quase um ano, tentei me adaptar aqui, mas não consegui e voltei para Europa/Espanha (Samantha, 2023).

A primeira afirmação de Samantha (2023) é relevante porque situa a sua trajetória de vida ainda no seio familiar. O espaço “lar”, que deveria funcionar como um espaço de segurança, amor e afeto, transformou-se em um ambiente de rejeição e incompreensão familiar acerca de sua identidade de gênero resultando em isolamento e falta de comunicação. Além disso, a entrevistada relata que, durante a infância, adolescência e juventude, não se lembra de nenhuma situação pela qual tenha recebido apoio dos familiares.

Em seguida, ao ser questionada sobre o reconhecimento do nome social para mulheres trans, Samantha destaca que:

O nome social para nós mulher transexual é muito importante porque começamos pela mudança física/corporal e depois é necessário a mudança de nome. Quando vamos ao médico, chama-se por um nome de homem e levanta-se uma mulher, eu fico muito constrangida com essa situação, algumas pessoas ficam mais constrangidas e outras menos e algumas até deixam de fazer certas coisas do cotidiano para não ter que passar por esse constrangimento. Em nosso mundo, sabemos os nomes de registro das amigas, mas, nunca se pronuncia e quando isso ocorre é a mesma coisa que menosprezar a pessoa, é uma situação de criar confusão, brigas com a sua amiga ao chamar ela pelo nome de registro, por isso, é muito importante ter o nome social (Samantha, 2023).

O nome social simboliza uma trajetória na vida de uma pessoa trans (Jesus, 2012; Bento, 2014; Santos, 2017; Correa, 2017; Franco, 2018) e, por isso, representa um desrespeito e uma crueldade não se referir a essa pessoa pelo nome escolhido. Isso também reflete a ideia de cidadania limitada, quando atribuímos a outros a responsabilidade de validar quem somos ou não. Segundo Bento (2014, p. 167), "a cidadania limitada implica uma dupla negação: nega tanto a condição humana quanto a de cidadão/cidadã de indivíduos que carregam em seu corpo determinadas marcas."

Quanto às questões de transfobia, a participante foi indagada se, nas instituições públicas de ensino onde estudou, experienciou algum tipo de preconceito e, caso afirmativo, se encontrou um ambiente de acolhimento por parte da equipe de direção, coordenação e professores. Nesse cenário, ela menciona que:

Na época em que eu estudava no Brasil/Fernandópolis-SP, eu sofria sim transfobia escolar desde pequena e, naquela época eu não sabia o que significava Bullying e Transfobia, mas passei por tudo isso no ambiente escolar. Isso começou dentro da minha própria casa, sofri Bullying, apanhava de tudo e calada, porque se eu falasse alguma coisa ou fosse explicar para o meu pai o que tinha acontecido na escola, eu apanhava de novo em casa, assim aguentei tudo isso sozinha, fui aguentando tudo isso até passar pela fase da puberdade, mas me tornei uma pessoa fechada, eu não gostava de contar as minhas coisas para ninguém porque tudo o que eu fazia estava errado, eu não podia brincar com as minhas amigas porque era errado, se eu fosse na escola eu estava errada, se eu apanhasse na escola estava errada e apanhava de novo em casa e assim, fui me fechando e não encontrava pessoas como eu transexual, porque o nosso coletivo é pequeno, sendo difícil encontrar outras pessoas iguais a nós para termos apoio no colégio. Eu nunca dava motivos para sofrer tudo isso, sempre fui uma aluna exemplar dentro da sala de aula, sempre me destaquei nas disciplinas e mesmo assim eu era motivo de chacota dos meus colegas de sala e mesmo alguns professores na época tomando partido para me ajudar, pouco adiantava (Samantha, 2023).

Segundo o relato, a história de transição de Samantha começa na infância, uma vez que, nessa fase, já existiam as primeiras manifestações de sentimento de estar no 'corpo errado', como ela mesma descreve. A partir da descoberta de sua identidade trans, ela passou a sofrer *bullying* dentro da própria família, por meio de ataques físicos e psicológicos de seus pais. Samantha provavelmente identifica que vivenciou *bullying* porque a compreensão dela era essa no momento. Diante disso, é importante constatar que *bullying* e transfobia representam situações diferentes e não devem ser confundidos.

O *bullying* é caracterizado por situações de violências físicas ou verbais repetidas contra a vítima, e geralmente ocorre no ambiente escolar. A transfobia, por outro lado, é direcionada a pessoas que não se enquadram no padrão heterossexual, binário ou cisheteronormativo, e pode acontecer tanto no ambiente escolar quanto nos demais espaços sociais.

Para Samantha, as mulheres trans já enfrentaram tantas humilhações e agressões físicas e psicológicas que, atualmente, encontram dificuldades em estabelecer relações de confiança com outras pessoas, incluindo aquelas do núcleo familiar. Devido a essa realidade, esse grupo é de difícil acesso e, para conseguir alcançá-lo, ela enfatiza a necessidade de um intermediário, responsável por criar uma conexão entre a vítima e os outros. Isso é corroborado por Zerbinati e Bruns (2018), que apontam que 56% das pessoas trans já tentaram suicídio em algum momento – especialmente durante a adolescência –, em decorrência das discriminações vivenciadas, seja no cotidiano familiar, seja no sistema social como um todo.

Com o intuito de reestabelecer laços familiares, a entrevistada afirma ter retornado ao Brasil. Como Samantha relata:

Em 2022, o meu objetivo era voltar para o Brasil de vez, e recomeçar a minha vida aqui em Fernandópolis/SP, mas a partir do momento que eu constatei que nada mudou, que os meus familiares ainda tem o mesmo pensamento de antigamente, pai, mãe, tias e tios não evoluíram, eu resolvi voltar para a Europa/Espanha, porque lá eu tenho qualidade de vida. Na Europa/Espanha é muito diferente em relação à aceitação social, pois lá os políticos não são tão corruptos e quando o cidadão paga seus impostos na Espanha ele obtém direitos garantidos pelo Estado independente da sua orientação sexual. Na Europa a sociedade é mais acolhedora e se os próprios pais não denunciam que sua filha/o está sofrendo Bullying na escola ou na vida em sociedade os próprios vizinhos fazem essa denúncia, além dos diretores, coordenadores e professores serem muito atuantes, pois algum desses irão denunciar e proteger esse jovem e não vai passar em branco igual no Brasil e a mídia TV passa todos esses casos na televisão e as autoridades também tomam providências. As mulheres transexuais que querem fazer a cirurgia de transgenitalização e não tem condições financeiras, o Estado paga todo o tratamento e ela faz gratuitamente pela seguridade social da Espanha (Samantha, 2023).

De acordo com a descrição, Samantha não obteve sucesso em sua tentativa de reconciliação familiar. De fato, a família representa um desafio para as pessoas trans, pois,

a família heterossexual é um modelo padrão que influencia a organização das demais famílias. Inclusive, grande parte das críticas à centralidade que o casamento gay adquiriu nos últimos anos se refere à reprodução, nos discursos de casais gays e lésbicos, da estrutura familiar heteronormativa (Bento, 2012, p. 281).

Na visão de Toledo e Teixeira Filho (2013, p. 383), quando a família perpetua a norma, ocorre um total silenciamento de qualquer discussão sobre diversidade sexual e de gênero, gerando estigmas que podem levar à segregação “[...] de forma simbólica ou real, e até a violências físicas e, em casos extremos, a assassinatos”. Por isso, as pessoas LGBTI+, quando passam pelo processo de exclusão familiar, formam um vínculo profundo entre si, e as redes de apoio começam a se fortalecer.

Durante seu retorno ao Brasil, Samantha realizou a mudança de nome e, segundo ela, o processo foi tranquilo. Em Guarani d’Oeste/SP, sua cidade natal, ela alterou seus documentos pessoais e, em Curitiba, capital do Paraná, ela modificou seu nome no diploma acadêmico. Sendo assim,

O meu processo de mudança de nome no Brasil foi muito rápido e sem burocracia, tanto na Cidade de Guarani D’Oeste/SP onde mudei o meu nome de registro civil, quanto na cidade de Curitiba/PR que alterei o meu nome no diploma da graduação, eu fui super bem tratada e o processo também foi muito ágil e eficaz. O homem deveria deixar de querer classificar o outro homem para inferiorizá-lo na sua própria classe, porque isso não é bom para ninguém, a transfobia está mudando porque todo mundo vai ter alguém do coletivo LGBTQIA+ dentro da sua família, isso é inevitável, então o mundo começou a mudar a partir disso. Hoje o meu maior problema e embate, é com o meu pai, porque ele sempre fala que se tiver um filho viado ele coloca na parede e mata e continua pensando assim até hoje. Outro exemplo de transfobia que vivi recentemente foi quando eu cheguei no Brasil a minha mãe e a minha tia, ainda me chamava pelo nome de homem, aí eu pedi para elas que eu gostaria de ser chamada de Samantha e pouco a pouco elas foram mudando a cabeça felizmente. Nessa minha vinda ao Brasil em 2022, eu não sofri nenhum tipo de preconceito no país e nem em Fernandópolis/SP, sempre sai com os meus vestidos, meus decotes, e nunca fui desrespeitada por ninguém, no passado eu tinha medo de sair de casa assim e ser espancada, ser morta, mas hoje felizmente o Brasil está muito diferente e está melhorando dia após dia (Samantha, 2023).

Em relação ao nome social, Samantha não encontrou obstáculos para realizar a alteração necessária. No entanto, no que se refere à questão familiar, ela menciona a presença da masculinidade hegemônica e tóxica na relação com seu pai, que assume

uma postura de rejeição em relação à sua transexualidade. Ela também destaca que não enfrentou preconceito por parte da população local, o que, para ela, reflete uma maior aceitação de ser trans nos dias de hoje em comparação ao passado.

Sob a ótica de Gavilán (2018), a construção da identidade de gênero manifesta-se na infância por meio do autoconhecimento e da exploração do próprio corpo. Conforme o autor, grande parte das pessoas trans vive em uma espécie de arcádia durante a infância, isto é, um lugar excludente e discriminatório. Quando chega a puberdade, essa realidade se acentua completamente, tornando-se uma situação hostil, regulamentada e padronizada. Esse mesmo sentimento de rejeição continua em relação à escola, agravado pelas constantes situações de violência que marcaram o seu percurso educativo.

As menores trans, segundo Maganto, Peris & Garaigordobil (2018), constituem um grupo altamente vulnerável, pois a família tende a reproduzir a visão estigmatizante da sexualidade alicerçada pela sociedade. Cánepa (2018), por sua vez, explica que, quando um menino ou menina descobre que não há acordo entre seu sexo biológico e sua identidade de gênero, essa identidade fica enraizada no corpo errado. Ao tentar escapar dessa situação, o jovem enfrenta uma constante violência verbal que marcará toda a sua vida.

Galiván (2018) acrescenta que, quando não há apoio familiar, as menores trans guardam para si um punhado de emoções e sentimentos que podem levá-las a uma depressão profunda. Quando os responsáveis não compreendem os comportamentos de gênero de seus filhos e filhas, ocorre a exclusão e, como consequência, o rompimento com as famílias. Em casos assim, a família precisa orientar e respeitar as individualidades dessas menores, ao invés de impor o que a sociedade patriarcal já influenciou ao longo de décadas.

Por fim, para Louro (2018), a identidade é um aspecto vital no desenvolvimento da personalidade de qualquer pessoa. Quando essa identidade não é respeitada, crianças e adolescentes transgêneros enfrentam problemas de socialização, de pertencimento e de aceitação.

Nessa perspectiva, reduzir a rejeição familiar, de acordo com Braz *et al.* (2020), faz uma grande diferença na vida das pessoas trans, promovendo uma melhor qualidade de vida. A aceitação familiar é, portanto, uma ferramenta de proteção contra suicídio, depressão e abuso de substâncias. Ademais, Zerbinati e Bruns (2018) mencionam que, quando existe aceitação familiar, propaga-se a consciência nas demais pessoas em aceitar e incluir aqueles que são vistos como diferentes.

Diante do exposto, é necessário contestar as injustiças e desigualdades presentes na trajetória de vidas desse grupo. Para tanto, a educação formal torna-se um meio para alcançar o conhecimento. Esse ambiente de resistência e emancipação permitiu que Samantha pudesse construir sua própria história, pois, ao concluir o ensino superior, ela buscou o aprendizado contínuo, emprego digno e independência financeira. Hoje, ela se tornou uma referência para outras mulheres trans e para a população LGBTQIA+.

No que se refere às violências dirigidas a discentes trans, a escola deve utilizar diferentes mecanismo para combater essa forma de exclusão. Muitas vezes, professores e professoras e órgãos governamentais minimizam as experiências de *bullying*, conferindo às piadas sexuais depreciativas um caráter cultural. No entanto, a escola deve ter uma percepção explícita sobre os mecanismos de discriminação que operam na sociedade e de como esses mesmos mecanismos são reproduzidos na escola. A falta de intervenção do corpo docente e da gestão pedagógica gera uma espécie de desamparo institucional (Oliveira, 2021).

Nesse sentido, Junqueira (2019) afirma que

[...] uma política pública educacional com propósitos inclusivos deve procurar subverter os valores hegemônicos e as relações de poder que nortearam a edificação de uma escola para poucos. Igualmente, precisa investir no debate dos critérios que habitualmente adotamos para avaliar e classificar o mundo, as coisas, as pessoas e suas atitudes. Por isso, também deve se voltar para a reconstrução dialógica de regras e formas de convívio, além de repensar continuamente os currículos e conceber novas maneiras de ensinar e aprender. Políticas sistemáticas, consistentes e sustentadas de promoção do reconhecimento cultural e político da legitimidade da expressão da diversidade sexual implicam o empoderamento de indivíduos e grupos sexualmente dissidentes e marginalizados. Requerem também a construção ou o aprofundamento do diálogo, a tessitura de alianças, indispensáveis para se fazer frente a possíveis manifestações de resistência por parte de setores dominantes e a processos de

atualização ou invenção de formas de opressão, inclusive entre grupos discriminados (Junqueira, 2019, p. 163-164).

Peres (2009) destaca as dificuldades que as escolas enfrentam ao lidar com questões relacionadas às identidades de gênero e sexualidade, especialmente no caso de pessoas trans. Essas dificuldades resultam em exclusão social através de violência ou negligência por parte da instituição escolar diante da gravidade desses atos. Junqueira (2009) reforça que o objetivo é reduzir os processos de exclusão e violência contra mulheres trans, frequentemente expostas a intimidação, assédio, falta de acolhimento e desqualificações no ambiente escolar.

Franco (2014) confirma que a escola é uma das principais instituições sociais que reforçam normas de gênero e sexualidade, tornando-se um espaço crucial para conscientização sobre a aceitação das diferenças e a criação de estratégias inclusivas. No entanto, o sistema educacional é falho, pois as escolas frequentemente optam pela neutralidade em vez de resistir, dialogar e apoiar as pessoas trans, informando-as sobre seus direitos e garantindo sua permanência. Para evitar tais situações, é essencial que as mulheres trans conheçam seus direitos, embora a prática ainda seja marcada por violência e exclusão, refletindo um modelo social de assédio que elas enfrentam diariamente. Para Alves e Moreira (2015), a violência na escola é

[...] aquela oriunda de fatores internos, de relações de subalternidades existentes entre docentes, discentes e demais profissionais da educação. A chamada violência da escola. Analisando sob esse ponto de vista, a negação do uso do banheiro aos estudantes trans pode estar situada num interstício entre a violência na e da escola, uma vez que as posições de gênero são aprendidas dentro e fora da escola. Nesse sentido, é fundamental implementar políticas públicas que possibilitem a todos o direito ao uso com segurança das instalações sanitárias públicas na escola (Alves; Moreira, 2015, p. 65).

A fim de garantir a permanência das mulheres trans nas escolas, é necessário exigir políticas públicas e ações efetivas da gestão escolar para combater a violência dentro e fora do ambiente escolar. Em 2020, a repórter Ana Luisa Basílio, da revista Carta Capital, discutiu os desafios que as escolas enfrentam para assegurar os direitos dos

estudantes trans. Ela ressalta a importância de ampliar a inclusão e de superar a transfobia, bem como o papel crucial da gestão na transformação da cultura escolar.

5 Considerações Finais

20

O presente estudo tem como objetivo apresentar o relato de escolarização de Samantha, uma mulher trans do Noroeste Paulista, abordando questões relacionadas à educação e à transexualidade. A partir desse relato e da discussão teórica desenvolvida, compreende-se que educar para a não discriminação envolve necessariamente a inclusão das questões de gênero em toda a sociedade, visto que a ignorância e o preconceito em relação à diversidade de gênero e à diversidade sexual são alarmantes em diversos ambientes, como o familiar, escolar, acadêmico e profissional. Como prevalece a visão do ser humano a partir de sua biologia, a invisibilidade, a patologização e a exclusão daqueles e daquelas que se sentem alheios à construção de práticas sociais tradicionais e cisheteropatriarcais tornam-se cada vez mais latentes.

Quanto ao seio familiar, as crianças e adolescentes trans que não recebem o apoio e aceitação de pais ou responsáveis sofrem com a percepção de sua verdadeira identidade e com o desenvolvimento de sua real personalidade, culminando em problemas psicológicos e de socialização.

Já em relação ao universo escolar, a escola é uma das principais instituições sociais que reforça normas de gênero e sexualidade, tornando-se um espaço crucial para conscientização sobre a aceitação das diferenças e para a criação de estratégias inclusivas. Para que as escolas desempenhem esse papel inclusivo, é fundamental que estejam munidas de informação e abertas ao diálogo e à reflexão, a fim de não se tornar um espaço de propagação de transfobia. É necessário, portanto, que a gestão escolar garanta às mulheres trans condições dignas de transitar dentro desse ambiente escolar, possibilitando a permanência, o sucesso e a conclusão de seus estudos, tal como é garantido a qualquer cidadã. Nesse sentido, a validação do uso do nome social nos documentos garante direitos como liberdade e igualdade.

Referências

ALVES, C.E.R.; MOREIRA, M.I.C. Do uso do nome social ao uso do banheiro: (trans)subjetividades em escolas brasileiras. **Cadernos de Psicologia**, 2015, v. 17, n. 3, p. 59-69.

BARTHOLOMAEUS, C., & RIGGS. **Pessoas transgênero e educação**. Nova York, NY: Palgrave Macmillan. 2018.

BASÍLIO, A.L.B. **Os desafios para as escolas garantirem os direitos dos estudantes trans**. Carta Capital, 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/os-desafios-para-as-escolas-garantirem-os-direitos-dos-estudantes-trans/>. Acesso em: 14 ago. 2024.

BAUER, M.W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 13. ed. Petrópolis: **Vozes**, 2017.

BENTO, B. As famílias que habitam “a família”. **Sociedade e Cultura** (Impresso), v. 15, p. 275-283, 2012. Disponível em: < <https://revistas.ufg.br/fcs//article/view/22396/13408>>. Acesso em: 14 Ago. 2024.

BENTO, B. **Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal**. Contemporânea. v. 4, n. 1, p. 165-182, jan./jun. 2014. Disponível em: < <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/197/101>>. Acesso em: 15 Ago. 2024.

BRASIL. Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. **Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 abr. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm>. Acesso em: 17 ago. 2024.

BRAZ, D. G. DE C., REIS, M. B., HORTA, A. L. DE M., & FERNANDES, H. Vivências familiares no processo de transição de gênero. **Acta Paulista de Enfermagem**, 33, eAPE20190251. 2020, p. 251. Disponível em: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/> . <https://www.scielo.br/j/ape/a/czHnsGb3ghN9XgsdQsxVCvR/#>. Acesso: 17 ago. 2024.

CÁNEPA, N.M. Infâncias trans. Despatologização, papel adulto e proteção institucional subjetiva. MILLCAYAC - **Revista Digital de Ciências Sociais**, 5 (9), 257-274. 2018.

CARMO, B. C. M.; FUMES, N. L. F; LIRA, W. P. Direito ao uso do nome social por estudantes transgêneros em contraposição ao poder familiar. **Educação**. Santa Maria, v.

46, e 40406, jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984644440406>.
http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64442021000100222
Acesso: 8 ago. 2024.

CORREA, C.M.A. **Subjetividades em trânsito**: nome social, travestilidades e transexualidades em duas universidades públicas do Sul do Brasil. 379f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

FERNANDES, S.F.; DUQUE, T. “**Jovens trans**” e o direito à educação: reflexões sobre a (não)formação continuada de professoras/es da rede pública de corumbá (ms). In: III Jornada Brasileira de Educação e Linguagem. Anais eletrônicos, 2021.

FRANCO, N. **Professoras trans brasileiras**: ressignificações de gênero e de sexualidades no contexto escolar. 2014. 266f. Tese (doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

FRANCO, N. Transfobia e cotidiano escolar: impactos na relação discente/docente. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 27, 2018, p. 469-486. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/6592/4283>>. Acesso: 31 jul. 2024.

GAVILÁN, J. **Infância e transexualidade**. Octaedro. 2018.

GOMES, M. H. A.; SILVEIRA, C. Sobre o uso de métodos qualitativos, ou a falta que faz uma teoria. **Rev. Saúde Pública**. 46(1):160-5, 2017.

JESUS, J.G. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília, 2012.

JUNQUEIRA, R. Política pública educacional com propósitos inclusivos. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Diversidade Sexual na Escola**: uma proposta de reflexão para educadoras e educadores. 3. ed. Brasília: MEC, 2019. p. 163-164.

LIMA, T. Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, 2020, (77), 70–87. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i77p70-87>.
<https://www.scielo.br/j/rieb/a/jfYd7V5qLByWf9bY4MgCbqC/?lang=pt#>. Acesso: 17 ago. 2024.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educ. rev.** 46, 2007, p. 201, 2018.

MACHADO, D. F. C.; ALMEIDA, E. R. L.; SANTINI, M. A. Interseções entre socialização de gênero e violência contra a mulher por parceiro íntimo. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 26, suppl 3, pp. 5003-5012, 2021. Disponível em: <https://scielosp.org/article/csc/2021.v26suppl3/5003-5012/#>. Acesso: 11 ago. 2024.

MAGANTO, C.; PERIS, M.; GARAIGORDOBIL, M. **Conhecimento da identidade sexual na primeira infância: sexo e atribuições de gênero.** *Jornal Europeu de Pesquisa em Saúde*, 4(3), 169-179. 2018.

MINAYO, M. C. S.; GUERRIERO, I.C. Z. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. **Ciência Saúde Coletiva**. p. 1103-1112, 2014.

OLIVEIRA, A. A. P. de. Destransição De Gênero: Um Estudo De Caso De Cattylares E A Influência Da Religião Na Experiência Dedestronicionistas – Uma Análise De Notícias Online Erevisão Bibliográfica. **Revista OWL (OWL JOURNAL)**. ISSN: 2965-2634. vol. 1, n. 1, Campina Grande, jun. 2023. Disponível em <https://www.revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/24/32>. Acesso em: 8 ago. 2024.

OLIVEIRA, M. **É preciso romper com a transfobia estrutural no serviço público.** Entrevista concedida a Clara Becker. *Jornal Nexo*, 14 de março de 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/profissoes/2021/03/14/%E2%80%98preciso-romper-com-a-transfobia-estrutural-no-servi%C3%A7o-p%C3%BAblico%E2%80%99>. Acesso em: 31 jul. 2024.

PERES, W.S. Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, R. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília: MEC, 2009, p. 235-264.

PÉRICO, L. **Educação e Sexualidade: a discriminação do público trans no contexto escolar.** 82f. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) - Universidade Estadual Paulista - Araraquara, 2021.

SANTOS, D.B.C. **Docências trans*:** entre a decência e a abjeção. 447f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SILVA, É. J. **Práticas de gestão escolar e o uso do nome social como um direito fundamental em escolas públicas da Rede Estadual de uma região paulista.** Dissertação de Mestrado - Pós-Graduação em Educação - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba/MS, 2023.

SILVA, M.A.L. *et al.* Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 25, n. 5, pp. 1723-1734. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25n5/1723-1734/#>. Acesso: 11 ago. 2024.

SOUSA, V. P. Desconstruindo a cis-heterossexualidade: uma perspectiva decolonial. **ARTEFACTUM**, Rio de Janeiro, v. 16, n.1, 2018. Disponível: <<http://www.artefactum.rafrom.com.br/index.php/artefactum/article/view/1605>>. Acesso: 20 set. 2023.

SOUZA-JÚNIOR, P. R. B. *et al.* Desenho da amostra da Pesquisa Nacional de Saúde. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, 24(2), 207-216, 2017. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742015000200003&lng=pt&tlng=pt . Acesso em: 10 nov. 2023.

TOLEDO, L. G.; TEIXEIRA FILHO, F. S. Homofobia familiar: abrindo o armário ‘entre quatro paredes’. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, n. 65, v. 3, p. 376-391, 2013.

ZERBINATI, J. P.; BRUNS, M. A. T. A família de crianças transexuais: o que a literatura científica tem a dizer? **Pensando fam.**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 37-51, dez. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2018000200004&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 11 ago. 2024.

ⁱÉder Junio da Silva, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7197-4510>

Professor do Curso de Direito da Universidade Brasil (UB). Docente da ETEC de Fernandópolis/SP. Mestre em Educação pela UEMS-Paranaíba/MS. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Antirracista, em Diversidades e em Direitos Humanos (NEPEADDH-UEMS). Contribuição de autoria: participação na elaboração, organização e orientação do conteúdo produzido. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0699620141513498>
E-mail: advocaciaederjunio@hotmail.com

ⁱⁱFernando Guimarães Oliveira da Silva, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5428-2870>

Professor do Programa PGEDU em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS-Paranaíba/MS). Doutor em Educação pela UEM-Maringá/PR. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesq. em Educação Antirracista, em Diversidades e em Direitos Humanos (NEPEADDH). Contribuição de autoria: participação na elaboração, organização e orientação do conteúdo produzido. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6660344520399076>
E-mail: fernando.oliveira@uems.br

Editora responsável: Genifer Andrade

Especialista *ad hoc*: Flávio Penteado de Souza e Juliana Silva Santana.

25

Como citar este artigo (ABNT):

SILVA, Éder Junio da.; SILVA, Fernando Guimarães Oliveira da. Narrativa de escolarização de uma trans no Noroeste Paulista. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 6, e13520, 2024. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/13520>

Recebido em 09 de julho de 2024.

Aceito em 20 de agosto de 2024.

Publicado em 15 de outubro de 2024.